

**Nesta aula aprenderemos:**

- Conceito de contrato;
- Fases relacionadas à contratação;
- Inadimplemento contratual;
- Adimplemento substancial;
- Perdas e danos;
- Dano emergente;
- Lucro cessante;
- Teoria da perda de uma chance;
- Extinção dos contratos.



## **CONCEITO DE CONTRATO**

“É um acordo de duas ou mais partes para **constituir, regular ou extinguir** entre elas uma relação jurídica patrimonial”.  
(Código Civil Italiano)

Acordo:

Quantidade de partes:

Constituir:

Regular:

Extinguir:

Relação jurídica:

Patrimonial:

## **FASES RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO**

**São 3 fases**

- **Pré-contratual:** negociações, estudos, “minuta”.
- **Contratação:** conclusão.
- **Pós-contratual:** deveres

...

...

E a fase “**pós-cumprimento do contrato**”? Ex. sigilo

## **INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**

Inadimplir = não cumprir

Adimplir = cumprir

Se não cumprir:

- Inadimplemento - CC, artigos 389 seguintes
- Perdas e danos - CC, arts. 389 e 402 a 405
- Execução forçada - CPC, artigos 497 a 501

**ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL:** **Alienação fiduciária** – Decreto-lei n. 911/69,  
art. 3º, §1º **X** Súmula 284

Art. 3. O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a **busca e apreensão** do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

§ 1. Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. [\(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004\)](#)

STJ – Súmula 284

A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária, só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado.

DJ 13.05.2004, p. 201

## **PERDAS E DANOS**

Regra: A obrigação da parte é cumprir o que foi acertado (**pacta sunt servanda**);

Exceção: Teoria da imprevisão (CC, art. 478)

## **DANO EMERGENTE**

Diminuição patrimonial do credor  
A prova é do credor

## **LUCRO CESSANTE**

O que deixou de lucrar

## TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE

Surgiu na França

Deve demonstrar algo muito provável, atual, real e certo para que seja aplicada.

Ex.

RESP 1.291.247 – Empresa contratada para a extração de **células tronco embrionárias** – não compareceu no parto – Dano Extrapatrimonial

RESP 788.459 – **Show do milhão** – perda de uma chance – última pergunta do programa: "A Constituição reconhece direitos aos índios de quanto do território brasileiro? Resposta: 1 - 22% 2 - 02% 3 - 04% 4 - 10% (resposta correta)"

## **EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

CC, arts. 472 a 480

- Pelo cumprimento
- Por vontade das partes – unilateralmente (notificação / denúncia)
- Por vontade das partes – bilateralmente = distrato
- Pelo não cumprimento voluntário
- Pelo não cumprimento involuntário: caso fortuito e força maior
- Por onerosidade excessiva
- Exceção de contrato não cumprido - *exceptio non adimpleti contractus*



**FACULDADE ANHANGUERA – TAUBATÉ – 2023.1**  
**DIREITO EMPRESARIAL – CONTRATOS EMPRESARIAIS - AULA 002**  
Prof. Anderson Pereira Magalhães

**Nesta aula aprenderemos:**

- Distinção entre contratos;
- Compra e venda mercantil.
- Prestação de serviço empresarial
- Locação mercantil
- Build to suit
- Shopping Center



## **DISTINÇÕES ENTRE CONTRATOS**

Contratos C2C

Contratos B2C

Contratos B2B

Saber distinguir é essencial para saber aplicar a legislação.

## **CONCEITO DE COMPRA E VENDA “MERCANTIL”**

“É um contrato “mercantil” onde um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço”.  
(Retirado do CC, art. 481)

Mercantil = Comercial = Empresarial = Empresário = CC, art. 966

Exemplos de “compra e venda mercantil”:

## O código civil e contrato de compra e venda mercantil

Regras dos artigos 481 a 532 do CC. Ex.

a) **DISPOSIÇÕES GERAIS** – art. 481 a 504 do CC. Ex.

- Salvo cláusula em contrário, ficarão as **despesas de escritura e registro** a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da **tradição**.

- **Não** sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

- **Até** o momento da **tradição**, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.

b) **Preempção ou Preferência** – CC, arts. 513 a 520:

- O prazo para exercer o direito de preferência não poderá exceder a cento e oitenta dias, se a coisa for móvel, ou a dois anos, se imóvel.

- Aquele que exerce a preferência está, sob pena de a perder, obrigado a pagar, em condições iguais, o preço encontrado, ou o ajustado.

- O direito de preferência não se pode **ceder** nem **passa aos herdeiros**.

c) **Venda com Reserva de Domínio** – CC, arts. 521 a 528

- A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- O vendedor somente poderá executar a cláusula de reserva de domínio após **constituir o comprador em mora**, mediante protesto do título ou interpelação judicial.

d) **Venda a contento e sujeita à prova** – CC, arts. 509 a 512

- A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob **condição suspensiva**, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.
- a venda sujeita a prova presume-se feita sob a **condição suspensiva** de que a coisa tenha as qualidades asseguradas pelo vendedor e seja idônea para o fim a que se destina.

### **Prestação de serviço empresarial**

**Serviço** = obrigação de fazer – lícita – material ou imaterial

Previsão legal: CC, art. 593 a 609 - A prestação de serviço, que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, reger-se-á pelas disposições destes artigos

### **Locação mercantil**

**Locação** = ceder a outrem o uso de coisa por termo determinado/indeterminado.

De coisas móveis – CC, art. 565 a 578

De coisas imóveis – Lei n. 8.245/1991

### **Built to suit**

“Construído para servir”

É uma “locação de construção ajustada”.

Lei n. 12.744/2012

### **Shopping Center**

É para locação comercial – sem lei específica, logo, a teoria geral dos contratos, as convenções dos condomínios, as leis societárias (Ex. Lei n. 6.404/76), a lei do inquilinato (Lei n. 8.245/1991), se aplicam, a depender da situação específica.

STJ – Súmula n. 130: A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento

## **QUESTÕES**

### **VUNESP - Notário e Registrador (TJ SP)/Remoção/2022**

Assinale a alternativa correta sobre o contrato de compra e venda mercantil.

A - O prazo para o comprador exercer o direito de preferência pode ser convencionado entre as partes, independentemente de coisa móvel ou imóvel.

B - O direito de preferência na aquisição de bens é transmissível aos herdeiros.

C - A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

D - O vendedor poderá executar a cláusula de reserva de domínio, independentemente de constituição do comprador em mora.



## **IESES - Notário e Registrador (TJ SC)/Remoção/2019**

O contrato de compra e venda é apontado como o tipo contratual mais importante para a maioria das atividades empresariais. No que diz respeito ao seu regime jurídico, é correto afirmar que:

A - A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição resolutiva.

B - Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.

C - Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.

D - Mesmo em se tratando de venda a crédito, não é o vendedor obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

**FACULDADE ANHANGUERA – TAUBATÉ – 2023.1**  
**DIREITO EMPRESARIAL – CONTRATOS EMPRESARIAIS - AULA 003**  
Prof. Anderson Pereira Magalhães

**Nesta aula aprenderemos:**

- Franquia;
- Agência e distribuição;
- Representação comercial;
- Comissão e mandato mercantis;
- Corretagem;
- Concessão mercantil.



## **FRANQUIA**

**Nomenclatura:** Francising

**Conceito:** Um acordo **entre empresários**, onde um, o **franqueador** (franchisor) concede a outro, o **franqueado** (franchise), o direito de usar de marca de seu produto/serviço. Aquele presta serviços a este visando a organização do estabelecimento empresarial.

Observações:

- Não há relação de consumo entre as partes;
- Não há relação trabalhista entre as partes (mesmo no período de treinamento)

**Legislação:** 13.966/2019 (Sistema de Franquia Empresarial)

Pontos importantes:

### **QUEM PODERÁ ADOTAR A FRANQUIA:**

Empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos, independentemente do segmento em que desenvolva as atividades

### **FORO DE COMPETÊNCIA:**

- As partes optam por um;
- Se a opção for de um foro em outro país, as partes deverão constituir representante legal ou procurador domiciliado neste, com poderes para representá-lo.

### **SUBLOCAÇÃO:**

O franqueador pode sublocar para o franqueado o ponto comercial.

### **ALUGUEL DE PONTO:**

O franqueador sublocar por um valor maior ao franqueado, se:

- A informação estiver na COF;
- Não onerar excessivamente o franqueado

### **RESPONSABILIDADE – FRANQUEADOR E CDC**

As franqueadoras atraem para si responsabilidade solidária pelos danos decorrentes da inadequação dos serviços prestados em razão da franquia, tendo em vista que cabe a elas a organização da cadeia de franqueados do serviço (RESP 1.426.578-SP)

## **CIRCULAR DE OFERTA DE FRANQUIA (COF): (Dever legal)**

**Prazo de entrega:** mínimo, 10 dias antes da assinatura do contrato/pré-contrato/qualquer pagamento de taxa;

**Se não entregar no prazo:** negócio será nulo/anulável – devolução das quantias pagas / royalties, corrigidas monetariamente.

### **Exemplos de informações “necessárias”**

- Histórico resumido do negócio franqueado;
- Balanços e demonstrações financeiras da empresa franqueadora, relativos aos 2 (dois) últimos exercícios;
- Indicação das ações judiciais relativas à franquia que questionem o sistema ou que possam comprometer a operação da franquia no País;
- Total estimado do investimento inicial;
- Valor da taxa inicial de filiação ou taxa de franquia. - valor estimado das instalações, dos equipamentos e do estoque inicial e suas condições de pagamento

## **ÁRBITRO**

As partes poderão eleger juízo arbitral para solução de controvérsias relacionadas ao contrato de franquia

## **LINGUAGEM DO CONTRATO**

**Contrato internacional de franquia:** a conclusão, a execução, as partes, o objeto de contrato envolvem mais de um “sistema jurídico”.

Língua: portuguesa

Tradução certificada: quem paga é o franqueador

## **AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO**

Código Civil: arts. 710 a 721

**AGÊNCIA:** promove negócios da parte contratante + remuneração

**DISTRIBUIÇÃO:** promove negócios da parte contratante + tem os produtos à sua disposição + remuneração



**FACULDADE ANHANGUERA – TAUBATÉ – 2023.1**  
**DIREITO EMPRESARIAL – CONTRATOS EMPRESARIAIS - AULA 003**  
Prof. Anderson Pereira Magalhães

Em ambos:

- Não há vínculos de dependência;
- São negócios feitos em caráter não eventual;
- **Regra:** em zona determinada;
- **Regra:** as despesas correm por conta do agente ou distribuidor;
- **Regra:** Quem fecha o negócio é o “contratante”.
- **Regra:** Haverá exclusividade;
- Terá direito à remuneração correspondente aos negócios concluídos dentro de sua zona, ainda que sem a sua interferência (se quem fez foi o representado).
- Tem direito à indenização se o proponente, sem justa causa, cessar o atendimento das propostas;
- Tem direito à indenização se o proponente, sem justa causa, reduzi-lo tanto que se torna antieconômica a continuação do contrato;
- Se for dispensado, terá direito aos serviços prestados.

## **REPRESENTAÇÃO COMERCIAL;**

**Legislação:** Lei n. 4.886/65

**Conceito:** É o contrato entre o representado (empresa) e representante comercial (p.f ou p.jur), onde este, faz a intermediação de negócios mercantis daquele, obtendo propostas e executando ou não o negócio.

**Representante comercial:** Tem registro no órgão de classe – CORE (Conselho Regional dos Representantes Comerciais).

**Doutrina:** Cada vez mais a “representação comercial” está sendo absorvida pela “agência”.

- **Cláusula “del credere”** = responsabilização pelo crédito  
(PROIBIDA/VEDADA)

**O que precisa ter um contrato de representação comercial - Exemplos:**

- a) condições e requisitos gerais da representação;
- b) indicação genérica ou específica dos produtos ou artigos objeto da representação;
- c) prazo certo ou indeterminado da representação
- d) indicação da zona ou zonas em que será exercida a representação;

**Faltas do representante comercial - Exemplos:**

- Prejudicar, por dolo ou culpa, os interesses confiados aos seus cuidados;
- Promover ou facilitar negócios ilícitos, bem como quaisquer transações que prejudiquem interesse da Fazenda Pública;
- Violar o sigilo profissional;
- Negar ao representado as competentes prestações de contas, recibos de quantias ou documentos que lhe tiverem sido entregues, para qualquer fim;

**Observação:** Em caso de **falência do representado**, os créditos do representante comercial serão habilitados como “créditos trabalhistas”.

## **COMISSÃO E MANDATO MERCANTIS**

**MANDATO MERCANTIL:** É um acordo (contrato) entre mandante e mandatário, onde este, pratica atos ou administra interesses em nome daquele visando a realização de “negócios mercantis”.

CC, arts. 653 a 691

**COMISSÃO MERCANTIL:** É um acordo (contrato) entre comitente e comissionário, onde este, adquire ou vende bens em nome daquele visando a realização de “negócios mercantis”.

CC, arts. 693 a 709

**Obs:** CC, art. 709. São aplicáveis à comissão, no que couber, as regras sobre mandato.

### **Diferenças entre ambos:**

#### **MANDATO MERCANTIL:**

O mandatário age em nome do mandante.

Diante de sua “ação”, obriga o mandante perante terceiros.

#### **COMISSÃO MERCANTIL:**

O comissionário fica obrigado “diretamente” perante terceiros.

O comissionário fica obrigado a concretizar as obrigações assumidas.

Se o negócio “der errado” o comissionário se responsabiliza.

Se a outra parte “der calote” no comissionário, este irá buscar os prejuízos.

O comissionário, se aceitar, pode ficar responsabilizado pelo inadimplemento (**Cláusula “del credere”**)

Os créditos do “comissionário” na falência são de “categoria geral”.

## CORRETAGEM

**Conceito:** Pelo contrato de corretagem, o “**corretor**”, que não é ligado a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas.

É um “intermediador / mediador” entre as pessoas que farão o negócio.

Corretagem **típica**:

- Lei n. 6.530/78 – Corretor de imóveis;
- Lei n. 4.594/64 – Corretor de seguros.
- Seguros de vida e capitalização – Lei n. 14.430/2022 (revogou o artigo 32 da Lei n. 4.594/64) - Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE) e Letra de Risco de Seguro (LRS)

**Corretagem atípica:** Código Civil, art. 722 a 729

## **CONCESSÃO MERCANTIL**

Concessão – concessionária - Lei n. 6.729/79 (Lei Ferrari)

**PRODUTOR:** a empresa industrial que realiza a fabricação ou montagem de veículos automotores

**DISTRIBUIDOR:** empresa comercial que realiza a comercialização de veículos

**VEÍCULOS\*:** É aquele automotor, de via terrestre, o automóvel, caminhão, ônibus, trator, motocicleta e similares

\*Embarcações e Aeronaves – aplicação subsidiária da lei

**IMPLEMENTO:** a máquina ou petrecho que se acopla o veículo automotor, na interação de suas finalidades

**COMPONENTE:** a peça ou conjunto integrante do veículo automotor ou implemento de série

**MÁQUINA AGRÍCOLA:** a colheitadeira, a debulhadora, a trilhadeira e demais aparelhos similares destinados à agricultura, automotrizes ou acionados por trator ou outra fonte externa

**IMPLEMENTO AGRÍCOLA:** o arado, a grade, a roçadeira e demais petrechos destinados à agricultura

**SERVIÇO AUTORIZADO:** a empresa comercial que presta serviços de assistência a proprietários de veículos automotores, assim como a empresa que comercializa peças e componentes



**Elementos importantes do contrato de “concessão mercantil”:**

- Contrato por prazo indeterminado (art. 21) (REGRA)
- Contrato não inferior a 5 anos (art. 21);
- Para interromper o contrato, deverá haver notificação com prazo de 180 dias ANTES do término (art. 21)

- Para a resolução do contrato:

- a) Por acordo entre as partes;
- b) Por força maior;
- c) Por expiração do prazo;
- d) Por infração legal, convencional ou contratual.

Obs: Nos casos acima, deve ser respeitado o prazo mínimo de **120 dias** para a extinção da operação, contados da data da resolução.

Obs: Se o concessionário der causa à rescisão, pagará ainda **5%** do valor das mercadorias obtidas nos últimos **4 meses**.

Obs: O valor acima deverá ser pago em até **60 dias** da extinção da concessão, sob pena de correção e juros legais, a partir do vencimento do débito.

## **QUESTÕES**

### **FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2020/XXXI Exame (adaptada)**

Duas sociedades empresárias celebraram contrato de agência com uma terceira sociedade empresária, que assumiu a obrigação de, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência com as proponentes, promover, à conta das primeiras, mediante retribuição, a realização de certos negócios com exclusividade, nos municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba/PR.

Ficou pactuado que as proponentes conferirão poderes à agente para que esta as represente, como mandatária, na conclusão dos contratos. Antônio Prado, sócio de uma das sociedades empresárias contratantes, consulta seu advogado quanto à legalidade do contrato, notadamente da delimitação de zona geográfica e da concessão de mandato ao agente.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições legais relativas ao contrato de agência, assinale a afirmativa correta.

A - Não há ilegalidade quanto à delimitação de zona geográfica para atuação exclusiva do agente, bem como em relação à possibilidade de ser o agente mandatário das proponentes, por serem características do contrato de agência.

B - Há ilegalidade na fixação de zona determinada para atuação exclusiva do agente, por ferir a livre concorrência entre agentes, mas não há ilegalidade na outorga de mandato ao agente para representação das proponentes.

## **IESES - Notário e Registrador (TJ RO)/Provimento/2021**

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação vigente sobre o Sistema de Franquia Empresarial (lei 13.966/2019):

- I. A celebração do contrato de franquia empresarial não caracteriza vínculo empregatício, ainda que durante o período de treinamento.
- II. A celebração do contrato de franquia empresarial não caracteriza relação de consumo.
- III. No contato de franquia empresarial que autoriza o uso de marca, o franqueador deve ser o titular ou requerente de direitos sobre a marca.
- IV. A franquia empresarial poderá ser adotada por empresa privada, empresa estatal ou entidades sem fins lucrativos.

- A - Apenas a assertiva III está incorreta.
- B - Todas as assertivas estão incorretas.
- C - Todas as assertivas estão corretas.
- D - Apenas a assertiva IV está incorreta.

**FGV - Consultor Legislativo (SEN)/Assessoramento Legislativo/Direito Econômico e Regulação, Direito Empresarial e do Consumidor/2022 (ADPT)**

Em relação ao contrato de “concessão comercial” entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, analise as seguintes afirmativas.

I. O contrato de concessão comercial entre produtor e distribuidor de veículos automotores poderá ser inicialmente ajustado por prazo determinado, não inferior a 5 (cinco) anos, e se tornará automaticamente de prazo indeterminado se nenhuma das partes manifestar à outra a intenção de não o prorrogar, antes de 180 (cento e oitenta) dias do seu termo final e mediante notificação por escrito devidamente comprovada. (CERTO / ERRADA)

II. A fim de proporcionar segurança jurídica às partes, em qualquer caso de resolução contratual, elas disporão do prazo necessário à extinção das suas relações e das operações do concessionário, sendo esse prazo nunca inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data da resolução. (CERTO / ERRADA)

III. Se o concessionário der causa à rescisão do contrato, pagará ao concedente, dentro de 60 (sessenta) dias da data da extinção da concessão, indenização correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total das mercadorias que dele tiver adquirido nos últimos quatro meses de contrato. (CERTO / ERRADA)

**Nesta aula aprenderemos:**

Leasing / arrendamento mercantil

Leasing financeiro

Leasing operacional

Lease-back

Self leasing

Valor residual garantido – VRG

Alienação fiduciária

Factoring / faturização

Maturity factoring

Conventional factoring

Contratos bancários e financeiros

Contrato de abertura de crédito

Contrato de depósito bancário

Conta poupança

Conta corrente

Aval e fiança bancária

Desconto bancário

## **LEASING = ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Lease = arrendar ou emprestar (Lei n. 6.099/74)

Observações:

- Objeto: Bens móveis ou imóveis
- Partes envolvidas: Arrendador (PJ) e arrendatária (PJ ou PF)
- É uma locação associada a uma promessa de venda e compra

REQUISITOS (ART. 5º)

- Prazo de duração:
  - a) mínimo de 2 anos se bem tiver vida útil de 5 anos;
  - b) mínimo 3 anos se a vida útil for superior a 5 anos;
  - c) mínimo de 90 dias se for “leasing operacional”.
- Deve haver o valor da prestação + faculdade de opção de compra ou renovação / preço para opção de compra ou critério para sua fixação.

**Súmula 369 do STJ**

No contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula **resolutiva expressa**, é necessária a **notificação prévia** do arrendatário para constituí-lo em mora.

**Observações finais:**

- As regras do inadimplemento contratual e do adimplemento substancial do Decreto-lei n. 911/69, já estudadas, se aplicam neste caso.
- O crédito do arrendador, não se submete à recuperação judicial/extrajudicial (Lei n. 11.101/2005, art. 49, §3º)
- O bem arrendado prevalece com sua propriedade

## **LEASING FINANCEIRO**

Também conhecido como “leasing bancário”

- O fabricante/importador não é o proprietário do bem;
- O arrendador é um terceiro-intermediador (banco);
- Tem a vantagem do valor pago ser “deduzido fiscalmente” (art. 11 – custo ou despesa operacional)

## **LEASING OPERACIONAL**

Quando o fabricante do bem é o próprio “dono” do bem  
Intermediação bancária – necessária – Fiscalização do Banco Central.

Se ocorrer “sem” – não haverá “dedução fiscal”.



## **LEASE-BACK**

É quando o proprietário do bem o vende para o arrendador para recebe-lo posteriormente.

É para liquidez de caixa.

## **SELF LEASING**

É o “leasing” entre empresas do mesmo grupo.

Tal operação “não” é permitida no Brasil (Resolução n. 2.309/96, art. 28).

Se ocorrer – não haverá “dedução fiscal”.

## VALOR RESIDUAL GARANTIDO – VGR

Optou pela compra? Sim.... tem que pagar

**Pode ser apenas no final ou durante o contrato?**

Súmula 293 do STJ: A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.

Súmula 564-STJ: No caso de **reintegração de posse** em arrendamento mercantil financeiro, quando a soma da importância antecipada a título de valor residual garantido (VRG) com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário terá direito de receber a respectiva diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos pactuados.

## **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**Alienante:** Credor-fiduciante: que empresta o valor

**Alienado:** Devedor-fiduciário: que recebe o dinheiro para comprar o bem

**O Bem:** é a garantia da “cláusula do contrato”.

**Bem móvel** – Lei n. 4.728/65

**Bem imóvel** – Lei n. 9.514/97

**Normas processuais** – Decreto-lei n. 911/69

**Em caso de omissões:** CC, arts. 1.361 a 1.368-B

- O crédito da alienação, não se submete à recuperação judicial/extrajudicial (Lei n. 11.101/2005, art. 49, §3º) (**REsp 1.933.995**)

## **FACTORING / FATURIZAÇÃO**

A Empresa-faturizadora recebe os créditos (cedidos\*) da empresa-faturizada.

\*endosso ou cessão

Aqui temos, via de regra, uma empresa, não um banco.

Trata-se de venda de faturamento de uma empresa para outra.

Quem cobrará, é quem comprou.

A empresa-faturizada (faturizada-endossante) fica responsável pelo inadimplemento (RESP 820.672)

Maturity factoring:

É basicamente, uma “terceirização” do setor de cobrança

A que cobra, recebe uma comissão

Conventional factoring:

Aqui, a faturizada “cede” os créditos para que a faturizadora “os cobre”, em nome próprio.

Ocorre a “antecipação” dos créditos.

## **CONTRATOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS**

Sobre os bancos:

Súmula 297 STJ:

**O Código de Defesa do Consumidor** é aplicável às instituições financeiras.

Súmula 479 STJ:

As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

### Súmula 548 STJ

Incumbe ao **credor** a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de **cinco dias úteis**, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

### Súmula 550 STJ

A utilização de **escore de crédito**, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, **dispensa** o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

## **CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO**

É sobre um valor colocado à disposição do correntista para uso, por prazo determinado, cujo pagamento será acrescido de juros.

O contrato de abertura de crédito poderá ser considerado um título executivo extrajudicial (RESP 623.809)

Súmula 233 STJ

O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, não é título executivo

Súmula 258 STJ

A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.



**Súmula 565 STJ**

A pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, é válida apenas nos contratos bancários anteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30/4/2008.

**Súmula 566 STJ**

Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30/4/2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.

**Súmula 477 STJ**

A decadência do art. 26 do CDC não é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.

## **CONTRATO DE DEPÓSITO BANCÁRIO**

Trata-se de um contrato onde o valor é “guardado/confiado” ao banco, sendo aquele resgatável em prazos pré-ajustados.

### **Conta poupança**

É o contrato onde os valores depositados em uma conta bancária e são remunerados com juros segundo os índices oficiais determinados pela lei (TR)

## **Conta corrente**

É o contrato onde os valores ficam guardados no banco, sem nenhuma remuneração, via de regra.

O correntista recebe “cartão” e demais serviços disponibilizados pelo banco para que possa movimentar tais valores.

### **SÚMULA 247 STJ**

O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.

### **SÚMULA 259 STJ**

A ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta corrente bancária.

### **SÚMULA 300 STJ**

O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.

## **AVAL E FIANÇA BANCÁRIA**

Aqui há a figura do banco como “garantidor” de uma obrigação comercial.

Estes serviços são cobrados pelas instituições bancárias.

## **DESCONTO BANCÁRIO**

Aqui, o banco adianta valores ao comercial, com certo deságio.

Pode conter risco total, quando não haverá direito de regresso e parcial, quando haverá.

<b>QUESTÕES PARA REVISÃO DAS AULAS ANTERIORES</b>
---

**REVISÃO AULA 01 - CONTRATOS**

- 1 – Qual é o conceito de contrato e de onde é extraído?
- 2 – Quantas são as fases relacionadas à contratação? Explique-as
- 3 – O que é o inadimplemento contratual?
- 4 – O que é o adimplemento substancial?
- 5 – O adimplemento substancial é aplicável na alienação fiduciária?
- 6 – O que é a “purga da mora”?
- 7 – O que são “perdas e danos”?
- 8 – O que é a “teoria da imprevisão”?
- 9 – O que é “dano emergente”?
- 10 – O que é “lucro cessante”?
- 11 – O que é a “teoria da perda de uma chance”?
- 12 – O que é e quais são as formas de extinção do contrato?
- 13 – O que é a “*exceptio non adimpleti contractus*”?

**Nesta aula aprenderemos:**

**CONTRATOS INTELECTUAIS:**

---

- |   |                                |
|---|--------------------------------|
| - Cessão de direito industrial;         | - Transferência de tecnologia; |
| - Licença de uso de direito industrial; | - Comercialização de software. |

**CONTRATOS INTERNACIONAIS:**

---

- |                            |             |
|----------------------------|-------------|
| - Contratos internacionais | - INCOTERMS |
| - LEX MERCATORIA           |             |

**OUTROS CONTRATOS**

---

- |                 |                |
|-----------------|----------------|
| - Securitização | - Engineering. |
| - Consórcios    |                |

## **CONTRATOS INTELECTUAIS:**

**Contratos intelectuais:** contratos relacionados à “propriedade industrial:

- Cessão de patente;
- Cessão de registro industrial;
- Licença de uso de patente de invenção;
- Licença de uso de marca e transferência de tecnologia;
- Direito autoral (a comercialização de software)”.  
(FABIO ULHÔA COELHO)

O objetivo principal é “dar segurança dos negócios perante terceiros”.

Obs: Lei n. 9.279/96 – Lei de Propriedade Industrial (LPI)

Obs: INPI

## **“CONTRATO” DE CESSÃO DE DIREITO INDUSTRIAL:**

É feita por um “contrato” que visa “ceder” uma patente ou registro industrial.

**Patente:** invenção ou modelo de utilidade

- Invenção:
- Modelo de utilidade:

**Registro industrial:** desenho industrial ou marca

- Desenho industrial:
- Marca:



## **“CONTRATO” DE LICENÇA DE USO DE DIREITO INDUSTRIAL**

É um “contrato” que dá a ideia de “locar” o direito industrial.

## **“CONTRATO” DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

É um “contrato” geralmente ligado à física, química, biologia, engenharia etc.

Pode ter: licença de “assistência técnica e científica”, “fornecimento da tecnologia”, etc.

## **“CONTRATO” DE COMERCIALIZAÇÃO DE SOFTWARE**

Contrato vinculado ao “software”.

Lei n. 9.609/98 - proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no País.

- Licença de uso;
- De comercialização;
- Transferência de tecnologia, etc.

## **CONTRATOS INTERNACIONAIS**

**Contratos internacionais:** Partes em países diversos – constituir, regular ou extinguir relação jurídica patrimonial.

**a) LEX MERCATORIA** (lei de mercado)

- Norma consuetudinária;
- Órgãos ou entidades:
  - OMC – Organização Mundial do Comércio;
  - CCI – Câmara de Comércio Internacional;
  - UNCITRAL – United Nations Commission for International Trade Law;
  - CISG – Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (Brasil adota)

**b) INCOTERMS** - International Rules for Interpretation of Trade Terms

Transporte de mercadorias - internacionais

## **SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITO**

É uma forma de transformar dos créditos\* em títulos negociáveis\*\*.

\* Direitos a receber (recebíveis)

\*\* Papeis

Pessoas:

- Empresa: Ex. construtora - apartamentos
- Securitizadora: transforma em título (Ex. CRI – certificado de recebíveis imobiliários, debenture, etc) a dívida.
- Intestidor: quem vai “investir”

## **CONSÓRCIO**

Lei n. 11.795/2008 - Dispõe sobre o Sistema de Consórcio

**Consórcio:** reunião de pessoas naturais ou jurídicas

**Grupo de consórcio:** uma sociedade não personificada

**Administradora do consórcio:** pessoa jurídica (LTDA ou SA) + taxa de administração (10%)

**Proposta de participação:** é o instrumento para a formalização da entrada de uma pessoa no consórcio.

**Objeto:** bens ou serviços

**Carta de crédito:**

**Contribuição mensal:**

**Fundo de reserva:** 5%

**Contemplação:** por sorteio ou lance

**Inadimplemento:** exclusão do consorciado

**Transferência da condição de consorciado:** anuência da administradora

**Assembleias:** mensais, contemplação e informações

**BACEN:** regula os consórcios

## **ENGINEERING**

Contrato ligado utilização de “engenharia” para a construção de algo.

Ex. Edifício, portos, usinas, complexos industriais, etc.

Aplicam-se a este contrato as disposições da empreitada e outras relacionadas à prestação de serviços.

<b>QUESTÕES PARA REVISÃO DAS AULAS ANTERIORES</b>
---

## **REVISÃO AULA 02 - CONTRATOS**

1. O que são contratos C2C, B2C e B2B?
2. O que é um contrato de compra e venda “mercantil”?
3. Qual o conceito de Empresário, para o Direito Empresarial?
4. Quem é o responsável pelas despesas da “tradição”?
5. Quem é o responsável pelas despesas da “escritura e registro”?
6. O que é Preempção?
7. O que é a Prestação de serviço empresarial?
8. O que é a Locação Mercantil?
9. O que é o “build to suit”?
10. O que é o “contrato de shopping center”?

## **REVISÃO AULA 03 - CONTRATOS**

- 1 – O que é o “contrato de franchising”?
- 2 – O que é e qual a importância da “circular de oferta de franquia” para este tipo de contrato?
- 3 – O que é o “contrato de agência”?
- 4 – O que é “contrato de distribuição”?
- 5 – O que é o “contrato de representação comercial”?
- 6 – O que é o “contrato de mandato mercantil”?
- 7 – O que é o “contrato de comissão mercantil”?
- 8 – O que é o “contrato de corretagem”?
- 9 – O que é o “contrato de concessão mercantil”?



## **REVISÃO AULA 04 - CONTRATOS**

- 1 – O que é o “contrato de arrendamento mercantil”?
- 2 – O que é o “contrato de leasing financeiro”?
- 3 - O que é o “contrato de leasing operacional”?
- 4 - O que é o “contrato de lease-back”?
- 5 - O que é o “contrato de self leasing”?
- 6 – O que é o Valor Residual Garantido?
- 7 – O que é o “contrato de alienação fiduciária”?
- 8 - O que é o “contrato de factoring”?
- 9 - O que é o “contrato de abertura de crédito”?
- 10 - O que é o “contrato de depósito bancário”?
- 11 - O que é o “contrato de poupança”?
- 12 - O que é o “contrato de conta corrente”?
- 13 - O que é o “contrato de aval ou fiança bancária”?
- 14 - O que é o “contrato de desconto bancário”?

# FACULDADE ANHANGUERA – TAUBATÉ – 2023.1

## DIREITO EMPRESARIAL – CONTRATOS EMPRESARIAIS - AULA 006

Prof. Anderson Pereira Magalhães

### Nesta aula aprenderemos:

- Contrato de Seguro
- Seguro de dano
- Seguro de pessoa

CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO C/R R\$ 300.000,00

**SUL AMERICA**  
COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS E VIDA

A SUL AMERICA, Companhia Nacional de Seguros de Vida, tem o prazer de comunicar ao segurado cujo nome abaixo vai declarado, que, de acordo com o seu consentimento está ele fazendo parte do seguro em grupo representado pela apólice emitida por solicitação do seu Empregador e com as características que adiante se especificam:

Nº DE APÓLICE: 2.378-11 DATA DE EMISSÃO: 1907-0-0

NOME DO EMPREGADOR: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

EMPREGADOR: GIBRARRA

CAPITAL SEGURO: R\$ 300.000,00 NOME DO SEGURO: 15 JUL 1972

COB. SEGURO: DANCY SILVA DE COSTA

BENEFICIÁRIOS DECLARADOS: FÁBIO DANCY DE COSTA - ESPOSO

O Seguro a que se refere esta comunicação se rege pelas cláusulas da apólice de seguro em grupo acima mencionada e que está em poder do Empregador. O segurado não poderá transferir-lo, cedê-lo ou onerá-lo por qualquer forma. A importância do seguro será paga aos beneficiários declarados, ou a quaisquer outros instituídos posteriormente, desde que esteja em vigor a apólice e o empregado incluído no seguro por ocasião da sua morte. Esta comunicação substitui e torna sem efeito quaisquer outras anteriores do mesmo número e relativas à mesma apólice.

Cordialmente

*R. F. Walker*

Fonte: <https://repsas.wordpress.com/apc3b3lice-sul-amc3a9rica-trabalhada-3/>

## **CONTRATO DE SEGURO**

CC,

Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

Segurador:

Segurado:

Prêmio:

Indenização:

Sinistro:

Apólice / bilhete de seguro:

Interesse legítimo:

Riscos determinados:

## **Mora x purgação da mora**

### **É preciso notificação para a constituição da mora?**

Decreto-lei n. 73/1966 (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros)

Resposta: \_\_\_\_\_

Súmula 616 do STJ

A indenização securitária é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro

Resposta: \_\_\_\_\_

## Princípio da boa-fé

Código Civil:

Art. 765. O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita **boa-fé e veracidade**, tanto a respeito do **objeto** como das circunstâncias e declarações a ele concernentes.

Art. 766. Se o segurado, por si ou por seu representante, fizer **declarações inexatas ou omitir** circunstâncias que possam influir na **aceitação da proposta ou na taxa do prêmio**, perderá o direito à garantia, além de ficar obrigado ao prêmio vencido.

...

**Prescrição: 1 (UM) ano**

Código Civil

Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano:

II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

a) para o segurado, no caso de **seguro de responsabilidade civil**, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;

b) quanto aos **demais seguros**, da ciência do fato gerador da pretensão

## **Prescrição – SEGURO DPVAT – 3 (três) anos**

DPVAT - Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre

### **Súmula 405 do STJ**

A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.

Código Civil

Art. 206. Prescreve:

§ 3º Em três anos:

IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de **seguro de responsabilidade civil obrigatório**.

### **Súmula 278 do STJ**

O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o **segurado** teve **ciência inequívoca** da **incapacidade laboral**.

## **Denúnciação à lide**

### **Seguradora x Segurado x terceiro prejudicado**

#### **Súmula 537 do STJ**

Em ação de reparação de danos, a **seguradora denunciada**, **se aceitar** a denúncia ou **contestar** o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.

#### **Direito de regresso?**



## Seguro facultativo

### Súmula 529 do STJ

No seguro de responsabilidade civil **facultativo**, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado **direta** e **exclusivamente** em face da seguradora do apontado causador do dano.

## Correção da indenização – momento?

### Súmula 632 do STJ

Nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, a **correção monetária** sobre a indenização securitária incide **a partir** da **contratação** até o efetivo **pagamento**.

## **SEGURO DE DANO**

Seguro de dano, ou, seguro patrimonial

**Protege:** patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas

Exemplos de bens:

### **Súmula 473 do STJ**

O mutuário do SFH não pode ser compelido a contratar o seguro habitacional obrigatório com a instituição financeira mutuante ou com a seguradora por ela indicada.

### **Súmula 465 do STJ**

Ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco, a seguradora não se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação.

## **SEGURO DE PESSOA**

Seguro de pessoal, ou, seguro pessoal

### **Súmula 302 do STJ**

É **abusiva** a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.

### **Súmula 402 do STJ**

O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão

### **Súmula 597 do STJ**

A cláusula contratual de **plano de saúde** que prevê **carência** para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de **emergência ou de urgência** é considerada **abusiva** se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação.

### **Súmula 608 do STJ**

Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, **salvo** os administrados por entidades de autogestão.

### **Súmula 609 do STJ**

A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

### **Súmula 610 do STJ**

O suicídio não é coberto nos **dois primeiros anos** de vigência do contrato de seguro de vida, ressalvado o direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada.

### **Súmula 620 do STJ**

A **embriaguez do segurado**, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida, sendo necessária a prova de que o agravamento de risco dela decorrente influiu decisivamente na ocorrência do sinistro.

## **QUESTÕES PARA REVISÃO DAS AULAS**

### **REVISÃO AULA 05 – CONTRATOS**

- 1 – O que são contratos intelectuais?
- 2 – Segundo o doutrinador Fábio Ulhôa Coelho, quais são as espécies de contratos intelectuais?
- 3 – Qual é o objetivo principal dos contratos intelectuais?
- 4 – Qual a lei que rege os contratos intelectuais?
- 5 – O que é o INPI?
- 6 – O que é um contrato de cessão de direito industrial e quais os seus objetos?
- 7 – O que é o contrato de licença de uso de direito industrial?
- 8 – O que é o contrato de transferência de tecnologia?

9 – O que é o contrato de comercialização de software, o que ele pode prever como objeto?

10 – O que são contratos internacionais?

11 – Qual é a base jurídica da “lex mercatoria”?

12 – Ainda sobre a “lex mercatoria”, cite 3 órgãos que podem ser acionados para os casos onde há discussão sobre os contratos que a envolvem.

13 – O que são “incoterms”?

14 – De forma sucinta, o que é a Securitização de crédito?

15 – Diga, de forma resumida, o que é um “contrato de consórcio”.

16 – O que é um contrato de “engineering”?

## **REVISÃO AULA 06 – CONTRATOS**

1. O que é um contrato de seguro?
2. Fale sobre a “mora” e a “purgação da mora” nos contratos de seguro.
3. A má-fé, tem alguma relação com os contratos de seguro?
4. Qual a prescrição para a exigência do cumprimento da pretensão nos contratos de seguro?
5. Fale sobre a “denúncia à lide” e sobre o “direito de regresso” nos contratos de seguro
6. Nos contratos de seguro facultativo, como se dá a responsabilização civil da seguradora?
7. Fale sobre a correção monetária da indenização nos contratos de seguro.
8. O que é o seguro de dano?
9. O que é o seguro de pessoa?



## **FONTES:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial : direito de empresa / Fábio Ulhoa Coelho. – 23. ed. – São Paulo : Saraiva, 2011.

TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Empresarial Sistematizado: teoria, jurisprudência e prática / Tarcisio Teixeira. – 10 ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial : Títulos de crédito, v. 2 / Marlon Tomazette. – 8. ed. rev. e atual. – São Paulo : Atlas, 2017.